



Cidade: pós-metrópole

*Wladimir Antônio da
Costa Garcia*

Elaboro neste ensaio, à guisa de reflexão, cinco blocos de questões sobre as cidades contemporâneas, valendo-me, principalmente, de uma dupla lâmina teórica: uma filosofia geográfica – Deleuze – e uma geografia filosófica – Soja.

I. A cidade-paisagem. A cidade sempre foi uma figura para mim: podemos, assim, com-figurar a cidade. Viver com ela. A cidade-imagem. Seus becos, suas cores, cheiros, fábrica de fantasmas. A cidade, na minha análise, não nos controla, ela nos habita, assim como habitamos a cidade. A cidade e suas imagens. A cidade e suas paisagens. Paisagens são imagens-pensamento. Eu não nego a força que constitui o eixo formado por ideologia, cultura e poder, nem a força do capital, que está em toda a parte e disciplina a cidade e os olhares sobre a cidade. O que eu tento propor aqui, entretanto, é uma fissura na rede de determinações do capital. Neste sentido, a cidade é um lugar de composições, que formam paisagens, tão diversas e confusas quanto mais o tempo avança e torna-se 'pós' a si mesmo, uma fábrica de futuro. Neste tempo, tudo agoniza, tudo se torna obsoleto a partir da sua formação.

A paisagem é o lugar destes agenciamentos estranhos: ela reúne, na sua mobilidade, como um ponto cruzado por vetores em velocidades infinitas, os caminhos que são cada traço, cor, personagem ou texto (lembrando que a velocidade não se opõe à lentidão como um grau quantitativo, mas como um grau qualitativo de movimento). A paisagem é como um ritmo, refrão ou concerto. Como a Literatura, a paisagem é agenciamento coletivo de enunciação. Ela só aparece no movimento, não encerra, portanto, um saber – ainda que possamos fazer da sua experiência uma conjugação de saberes, ainda que a matéria informada tenha que manipular as matérias herdadas, as formas que voltam. A paisagem é uma visão ou uma audição que os delírios produzem: “idéias que o escri-

tor – no caso da literatura - vê e ouve nos interstícios da linguagem” (Deleuze: 1992b). Idéias que o transeunte, o corpo na cidade – desdobra das fachadas que desfilam ao seu lado, das faces que se multiplicam e que compõe este grande outro, que o ameaça e seduz. Ela se dá numa política do desejo que resulta numa coexistência, muitas vezes, de opostos que não são contrários. Mesmo o que não existe ainda já está em ação de uma forma diferente daquela da existência; tudo co-existe, mesmo em planos diferentes, em perpétua interação. Do ponto de vista estilístico, o que é operado na paisagem são disjunções inclusas e conexões reflexivas. Fica posto, então, que a paisagem é um espaço de intensidade, uma geografia intensiva, terra criada. Elas são, portanto, a matéria da cidade: tanto a produzem, como são produzidas nela.

A paisagem, assim, sempre tensiona a realidade, injetando outras paisagens imaginárias no real. É, como eu dizia, fissura. Contaminada, a paisagem é uma realidade plena. Como imagem virtual, nunca lhe falta realidade, na medida em que a própria virtualidade se envolve em um processo de atualização ao seguir o plano que lhe dá realidade. É, lembra-nos Deleuze, no intervalo entre as línguas insólitas, menores, e as línguas reais, maiores, que se produzem os afetos estrangeiros, as paisagens insensatas, os seus signos como língua da coisa que devém (Deleuze: 1977). A paisagem em inglês é *land-scape*, linha de fuga, por onde vazam os fluxos do acontecimento. Sendo compostos por linhas, formamos paisagens, como complexos de linhas, onde eu sou outros. Nas margens estendidas das paisagens, as dicotomias, as máquinas binárias de distribuição, entram em colapso, perdem as referências. Evidentemente, toda a paisagem pode ser facializada, quando tem a sua força de desterritorialização neutralizada. Cristiânia, no coração de Copenhague, cidade na cidade, capturada como lugar da loucura comercializada em barracas de ácido e erva. Uma paisagem melódica, por exemplo, está exposta à variação contínua, expandindo-se ou contraindo-se. Ou seja, paisagens variam em diferentes estados, em diferentes corpos semióticos. Sua potência, entretanto, investe sempre na possibilidade de se colocar a paisagem para voar, como uma pura linha de absoluta desterritorialização.

A questão seria então: *que matéria esquizada nós podemos configurar no corpo estratificado da cidade? Que mistura podemos capturar da cidade? No lugar de meros habitantes, que possibilidade nós temos de ser configuradores de paisagens? Que paisagem – ou ética ou Corpo Sem Órgãos – eu invento? Que paisagem eu inscrevo no corpo violento, bárbaro e cruel da cidade?*

A cidade é lugar de contágio, portanto, onde são encetadas paisagens. Estas, mais do que um saber, tornam-se um estilo de vida, são, sobretudo, paisagens existenciais, existências estéticas. As paisagens, como um Real seqüestrado, são aquilo que nos escapa, é um devir. É a fecundação, di-semen-nização, ou, para o poeta, um ‘sêmen’, que é o hálito dos oceanos das sereias perdidamente apaixonadas por aquele marujo que um coito de anjos semeou pelos continentes, ou, para Deleuze, ‘o ritmo’ que se dá entre a vespa e a orquídea (a dupla captura: o devir-vespa da orquídea e o devir-orquídea da vespa), uma formação que se dá pela conjunção do diverso, uma *heterogênese*, enfim. A paisagem, portanto, não é um diálogo, não é uma interação biunívoca, uma síntese ou um hibridismo. A paisagem não pode ser aprisionada por qualquer pobreza dialética, por qualquer categoria acadêmica, ainda que você possa habitar e provar a paisagem intensamente, porque, como uma vida, ela é arte, é excessiva, a ela nada falta. A paisagem é um conversa. Infinita. Como conversa, não diálogo ou debate, ela se faz, como lembra

Deleuze em relação a uma possível revolução a-paralela, “entre idéias, cada uma se des-territorializando na outra, segundo uma linha ou linhas que não estão nem em uma nem na outra, que carregam um bloco” (Deleuze: 1988a). Ou seja, a conversa como função de multiplicação dos lados, não de reafirmação de territórios, de propriedades.

Vencidas as barreiras disciplinares, não pelo abandono, mas pela hemorragia dos seus sentidos, de seus fundamentos, através da incursão do pensamento do fora, a paisagem é o que nos vamos ensinar no futuro, juntos. Sendo assim, provavelmente, ela nos engolirá. A paisagem, enfim, é poesia e drama, mas também, para lembrar Milton Santos, a sede do futuro.

Cultura, saberes, artes, existências, espaços e tempos. A paisagem não cessa de formar-se por nós, atravessando-nos. Nelas, habitamos, ao mesmo tempo que elas nos constituem, já que é impossível habitar a cidade, percorrê-la, pois ela sempre parece outra, formando-se e desfazendo-se por baixo de nossos pés e rodas. Habitamos, então, aquilo que é-nos permitido recortar: eu vivo no meu recorte. Nas paisagens, conceituais, estéticas, existenciais, quanto mais nos perdermos, mais podemos.

Repito o vetor da questão: *Que paisagem – ou ética ou Corpo Sem Órgãos – eu invento, que paisagem eu inscrevo no corpo violento, bárbaro e cruel da cidade?*

II. O tempo espacializado: em vários lugares, Deleuze aponta para as possibilidades de agenciamento no espaço, para a espacialização do pensamento e para os movimentos possíveis decorrentes deste corte. Enquanto se pensa no futuro, há “devires que operam em silêncio” (Deleuze: 1992a), diz. Os devires são geografia, e, como tal, “devir é jamais imitar, nem fazer como, nem se ajustar a um modelo... não há um termo de onde se parte, nem um ao qual se chega ou se deve chegar” (Idem). Neste movimento pode-se perceber um estilo, como uma vida, com sua falta de jeito, que é o seu charme, as pessoas como combinações e chances únicas, com *haecceities*. A idéia nietzscheana da existência não como sujeito (o que é diferente de um processo de subjetivação, de uma produção de modos de existência), mas como obra de arte. A arte, então, neste espaço é resultado de encontros. É uma solidão absoluta, mas povoada de encontros, onde os nomes, já não designam algo estático, mas um efeito, “algo que passa entre os dois”, numa revolução a-paralela, algo que está entre os dois, que corre, como um vetor, em outra direção. Trata-se, portanto, do traçado de uma linha quebrada, do nascimento de uma gagueira.

Assim, como no pensamento, há uma geografia nas pessoas. Um tempo espacializado. Elas são compostas de linhas diversas, duras, flexíveis, em fuga. Diz Deleuze: o deserto, ou seja, a experimentação sobre nós mesmos, é a nossa única identidade. É ali, neste espaço liso, virtual, que têm alguma chance as combinações que nos habitam, as paisagens nômades.

Fica sugerido (como nos lembra Claire Parnet) que importa o devir-presente, a geografia, não a história (ou toda a história possível, a que emerge do presente e de seu chamado, de sua necessidade, da violência sofrida pelo pensamento, da reação a um Fora), o meio, não o começo ou o fim, a grama entre as pedras do calçamento. A grama que brota entre as coisas, o excesso que existe entre os gramados, nos desertos, nos espaços não-cultivados, isto é, o transbordamento. Em outras palavras, como rizomatizar? Como escapar das estruturas? Como resistir às máquinas binárias? Como evitar a caligrafia, a repetição do mesmo? Como quebrar as linhas, fazendo rupturas imperceptíveis,

potencializando as fissuras, os devires menores, o pensar entre as coisas?

No lugar de sujeitos da história, ou de sujeitos identificados a si, o rizoma favorece os encontros no meio, os cruzamentos de linhas, configurando o que Deleuze/Guattari chamam de agenciamentos coletivos de enunciação. Neste sentido, Barthes como Foucault vão perceber o escândalo produtivo da noção de descontínuo, que marca tanto o sujeito cindido e a história cronológica, como os processos de formação urbana. Vale dizer, a cidade não evolui, ela recua e avança, reage e se deteriora, distribui e se redistribui. Diz Foucault: “a descontinuidade era esse estigma da dispersão temporal que o historiador tinha o encargo de suprimir da história. Ela se tornou, atualmente, um dos elementos fundamentais da análise histórica...pois o que ela tenta descobrir são os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desregulação de uma causalidade circular” (Foucault: 2000). Neste sentido, falávamos numa espacialização do tempo, na rizomatização destas categorias, não a redução do tempo ao espaço, mas o suplemento que emerge das suas rupturas. Não o presente, mas o seu devir. Um nomadismo do pensamento que cresce, como as estepes, pelo meio das grandes florestas.

Dar ao pensamento da cidade, tão reduzido à história e aos seus ressentimentos, uma geografia não significa demarcá-lo em regiões de poder, em correntes ideológicas, ou mapeá-lo, mas potencializá-lo afirmativamente como espaço móvel, com uma velocidade absoluta que permita todos os seus devires intempestivos. Uma geografia pós-moderna favorece esta anomalia selvagem. Ela, como nós, é feita de linhas. Trata-se de opor, em fuga, desfazendo os dualismos desde dentro, o rizoma à árvore, o esquecimento à memória, a linha ao ponto. O homem, assim, habita o tempo, na forma de uma vasta memória-mundo, multiplicidade virtual da qual somos um grau de distensão ou contração, lembra-nos Peter Pelbart (Pelbart, 1998). O tempo remete, desta forma, a um emaranhado, a uma massa, a uma coexistência de corpos. Isto configura uma crítica à História como lugar de começo ou recomeço, em favor daquilo que emerge da matéria, do meio, do lugar da velocidade absoluta. Talvez fosse possível dizer com Jean-Luc Nancy (2000), em suas proposições sobre o tema, que Deleuze opõe a um pensamento da gênese, um pensamento da disposição, seu pensamento é um pensamento do percurso, que carrega o incorporal com o corporal. A um tempo como círculo, Deleuze opõe o Rizoma temporal como multiplicidade aberta, virtual, imagem por onde se entra por qualquer lado, feito de direções móveis, sem início ou fim, mas com um meio transbordante, sem apoio em alguma unidade de totalização como fonte de culpa ou razão. O tempo corresponderia a um lugar, mas este é indefinido. É o lugar de uma fissura, de uma variação. O tempo, como vimos dizendo, não se trata mais de uma anterioridade ou interioridade, mas como exterioridade pura, como fora sob a condição de dobra. É o que Deleuze lê em Foucault (Deleuze, 1988b): para além da espacialidade profunda, o tempo é pensado como Fora, como Acontecimento puro, dando lugar, a partir desta ruptura entre Tempo e História, à diferença pura.

A questão-valise aqui é, então, *que vasos de não-comunicação ou interruptores, que acontecimentos que vem de fora me afetam? Que novos espaços-tempos, que escapam ao controle, nós habitamos? Como eu me relaciono com este tempo espacializado? Como eu me relaciono com este pensamento que vem, não do passado, mas de fora, com esta exterioridade, não com esta anterioridade?*

A teoria do espaço, reelaborada por Edward Soja (Soja: 1993), reafirma estas possibilidades, na medida em que propõe pensar segundo uma lógica espacial e não temporal, numa geografia de relações e sentidos simultâneos. O tempo seria assim uma duração, uma extensão. A construção desta geografia no mundo contemporâneo tem força excedente, 'pós', porquanto veicula revelações táticas, teóricas.

Por ser simultâneo, o espaço da cidade é ilimitado nas suas margens móveis e nas suas composições intensivas. Por ser simultâneo, o espaço da cidade é também contraditório, lugar dos encontros de opostos, a riqueza e a pobreza, o gueto e o condomínio, a vítima-algoz e o algoz-vítima. Traição da lógica das probabilidades - a ocupação simultânea do mesmo lugar - que força as reestruturas urbanas das paisagens pós-fordistas das grandes metrópoles: reação, mistura e paisagens de fuga.

Historicamente, uma hermenêutica do espaço urbano é agitada tanto pelas mutações do capitalismo, sua afirmação, reestruturação e virtualização, quanto pelas rupturas do historicismo (leia-se marxismo e psicanálise). Poder-se-ia pensar num movimento de formação ficcional das cidades, sua mitificação ideológica, que acompanha o historicismo desespacializante. Como lembra Foucault, o espaço foi tratado como o morto, o fixo; o tempo, como a riqueza, a dialética, a vida... Neste contexto, a modernidade é reestruturada com a cidade. Evidentemente não pode ser feito um zeramento do tempo, mas o seu embaralhamento, já previsto no século XX, é ativamente operado no presente (Foucault: 2000). Fica evidente que pensar o espaço na cidade hoje implica desconstruir o pensamento, com efeito epistemológico e ontológico. Vale dizer, a luta no nível ontológico implica na inserção de uma espacialidade existencial significativa do ser, reconceituando a epistemologia dos campos de saber.

Longe de suplantar um modo de pensar tais fenômenos, a leitura avança sobre um historicismo hegemônico. Como lembra-nos Foucault (2000), a era atual talvez seja irremediavelmente a era do espaço, da simultaneidade, do tempo espacializado, a justaposição, o perto e o longe, o lado a lado, o disperso. A experiência de vida na cidade é a de "uma rede que liga pontos e faz intersecções com a sua própria trama. Há uma polêmica no meio acadêmico entre os fiéis descendentes do tempo cindido e os decididos habitantes do espaço..." (Foucault: 2000).

O fato é que a paisagem material do mundo contemporâneo é marcada por esta geografia pós-moderna, ao passo que a forma como damos sentido prático e político ao presente é muito cambiante. Uma política de desconstrução da cidade passa, portanto, pela leitura do emaranhado confuso do qual é composta a cidade do presente. A cidade, assim, nos expõe ao inscrever-nos na sua rede de perigos que fogem às situações de controle baseadas na idéia de necessidade histórica. Foucault vai-nos falar destes outros espaços ou espaços diferentes em torno, por exemplo, da noção de 'heterotopias', ou seja, o foco não mais no espaço hierárquico da Idade Média, ou no espaço de extensão da modernidade, ou ainda no espaço interior de Bachelard, ou mesmo nos espaços regionais da fenomenologia, mas num espaço externo, equivalente ao espaço efetivamente vivido e socialmente criado. A este espaço liso chamaremos o deserto da cidade, lugar de todos os encontros e de todas as demandas do desejo. São espaços heterogêneos de localizações e relações: 'heterotopias'. São lugares reais que convivem com os espaços outros, irreais das utopias, harmônicas ou caóticas. O que se propõe, portanto, é um espaço sobreposto, simultaneamente abstrato e concreto. Uma espacialidade vivida que supera a dicotomia entre constructo mental e forma física.

Foucault avança, portanto, na descrição espacializante das realidades discursivas para a análise dos efeitos correlatos de poder. Ou seja, na percepção da história que emerge da leitura do espaço. Desde a modernidade, tomada como modo de experiência vital, os modos de conceituação na relação espaço-tempo-ser indicam os sentidos dados pelas teorias críticas, reconfigurando o próprio moderno que assume novas formas líquidas, contraditórias, cada vez mais indecidíveis: as novas formas de poder tecnológico, as revoluções demográficas, as guinadas mercadológicas, o crescimento urbano cataclísmico, produzindo grandes movimentos, fluxos intensos, expansão das zonas intermediárias e deslocamentos dos centros. Numa expressão, a ampliação da imaginação geográfica.

Vale notar que a idéia de pensar as margens da cidade, entendida como margem adiada, nunca branca ou vazia, mas suplementar e expansiva, repensa a divisão clássica do marxismo revolucionário entre cidade e campo, centro aglomerador e periferia dissipatória, o que exemplificava genericamente um desenvolvimento desigual. Na mesma direção, uma representação inocente da superfície da terra por áreas pode também ser tributária de uma concepção de espaço passivo. A estas novas paisagens nas cidades, corresponde uma nova paisagem intelectual, pós-crítica, marcada, por exemplo, por um empirismo transcendental ou uma interpretação materialista da espacialidade.

Apresento a questão de outro modo: *que relação mantemos com este outro espaço, espaço diferente, com a 'heterotopia'? Que espaço socialmente constituído eu agencio? Que espaço abstratoconcreto é por mim vivido?*

III. Cidade ou Município? Deleuze lembra-nos que a revolução do Estado e a Revolução urbana podem coincidir, mas não se mesclam. Se por um lado temos a cidade como capital, por outro, a cidade é a metrópole. São dois limiares de consistência que coexistem, mas diferem em vários aspectos. “A cidade é correlata da estrada. Ela existe somente como uma função de circulação e de circuito. É um ponto notável no circuito que a cria e que é criado por ela. Ela é definida pela suas entradas e saídas” (Deleuze, 1988a), formando uma frequência. Como fenômeno de transconsistência, como uma *network*, ela proporciona a um *phylum* de matéria passar por alguns lugares. Cidades são pontos no circuito de todo tipo, que entram em contraponto com linhas horizontais, efetuando uma ligação cidade com cidade. Todas possuem um poder central, mas é um poder do meio, de coordenação de forças. A cidade-estado, o município, procede de outra forma, num fenômeno de intraconsistência. Ela produz pontos que ressoam juntos, não são cidades-pólo, mas pontos de ordem. A cidade formada é vertical, um agregado hierárquico que surpreende as linhas horizontais numa dimensão de profundidade. Ao reter elementos, corta fora outros que permanecem no exterior. A cidade neste estado inibe relações, freia, controla. O circuito desta cidade-estado depende de uma ressonância interna, isolado da *network*. O poder central do estado constitui um setor de serviço público. O centro já não é o meio, mas o topo, pois para recombinar o que isola necessita subordinação. Se na cidade tínhamos uma polarização do meio, no estado temos uma estratificação do território.

Nas sociedades primitivas poderiam ocorrer situações segmentárias e igualitárias, como dois potenciais. Mas o que prevenia o poder central de cristalizar-se eram os mecanismos que evitavam as formações de poder de ressoar num ponto alto, ou de tornarem-se polarizadas num ponto comum.

De qualquer forma, a revolução urbana e a revolução do estado são pres-

suposições recíprocas. As cidades tornam-se livres do estado na medida em que se desdobram relações comerciais livres com outras cidades, não mais como uma conexão com a sua própria terra. Trata-se de uma recodificação dos códigos flutuantes da cidade-estado.

As cidades podem ter antecipado o capitalismo, mas não sem diluí-lo. O capitalismo triunfou, entretanto, através da forma estatal da cidade, com as cidades submetidas novamente. Como se as formas do estado e da cidade fossem dois corredores, duas velocidades de desterritorialização, com o triunfo do estado. Como vizinhos, os estados convivem com as formas autômatas de cidade, a megalópolis ou a mega-máquina urbana.

Retomando a teo-noológica oposição proposta por Deleuze entre espaço liso (aquele que situa o ponto entre duas linhas, formado por intervalos abertos) e espaço estriado (aquele em que a linha está fechada por dois pontos, formado por intervalos fechados), poderíamos pensar que a cidade é, em oposição ao espaço nômade do animal, o espaço estriado por excelência. A cidade no modelo grego, a *pólis*, emerge como lugar da agricultura, do fazendeiro, oposto ao espaço aberto, não delimitado, indivisível, da estepe, do platô, da montanha. Se, por um lado, entretanto, o mar é o espaço liso, aberto ao estriamento, a terra, a cidade, pode ser vista como o espaço estriado, aberto ao alisamento. Isto se daria, para Deleuze, por meio de um contra-ataque combinando o liso e o lacunar frente à cidade-município, à cidade-estado, estriada, hierarquizada, funcional. Exemplos desta sobre, como uma reação, são as favelas, as cidades ambulantes de nômades urbanos, os habitantes de cavernas. Esta miséria explosiva é também potência de contra-ataque em relação ao estriamento do dinheiro, do trabalho e da habitação.

Outro caso é o da viagem no mesmo lugar, expressa na literatura. A viagem dentro da cidade dos anti-heróis de Baudelaire lidos por Walter Benjamin; a viagem rizomática contra a viagem arbórea; as caminhadas desenhadas por Henry Miller, que desorienta a cidade pela variação contínua; mudanças de velocidades, retomadas pelos *beatniks*, que embora sejam emblemas do pé na estrada, visavam sempre a cidade e seus espaços alucinatórios, colocando o espaço da cidade em novos usos. Seria também o caso do conceito urbanístico de *slow-city* e das propostas estéticas de homens-casa. Ainda: os nômades são os que não se movem, que viajam no lugar, recusando-se a deixar o espaço liso em que eles vivem todas as intensidades. Por fim, a viagem no lugar significa pensar: um modo de espacialização, como dizíamos, uma maneira de ser no espaço, ou de ser para o espaço. Evidentemente, estes dois espaços não são puros: eles também se movem em reversões. Os filmes de Wim Wenders parecem evidenciar estas passagens, espécies de alisamento retroativo, de retorno às cidades com outros registros, outras velocidades. Viagens alisantes seriam assim uma forma de devir outra coisa, outras direções. Os filmes de Wenders marcam este espaço intervalar que emerge da cidade, onde paisagens existenciais inusitadas se formam, apesar do cansaço e da desilusão.

Questiono, então: *que espaço eu consigo alisar na cidade? De que forma, com que velocidade, que imagens brilham a partir daí? Que imagens eu roubo da cidade?*

IV- Redes urbanas, malhas vividas. Vale intercalar aqui a reflexão geográfica sobre os fenômenos urbanos recentes de descentralização e reestruturação das cidades,

que tendemos a denominar de geografias pós-modernas. Neste caso, a idéia consagrada de Rede Urbana parece ser estimulante. Sua base é o conjunto de afetos que o processo de urbanização acentuou a partir do século XIX. A noção de rede, cara no pensamento pós-estruturalista, implica, numa teoria da cidade, os fluxos de produção, circulação e consumo da máquina capitalista. Em larga escala, as redes significam a articulação entre regiões, naquilo que é aperfeiçoado por uma economia mundial. O quadro contemporâneo implica, para todos os efeitos, o convívio da transformação urbana com setores da vida urbana que remarcam o período colonial. O fato é que a rede urbana significa, e significa contraditoriamente. A própria noção de rede urbana é compósita como demonstra Roberto Lobato Correa (Correa: 1998), para quem a existência de alguns de seus traços seria suficiente para a sua manifestação – não se trata de um fenômeno absoluto. Ela se dá pela presença de pontos fixos no território onde se realiza o comércio periodicamente (desde uma divisão territorial do trabalho), favorecendo a formação de núcleos de povoamento, ou mesmo pela articulação entre os núcleos habitados, ou seja, nas diversas formas da relação circulação e consumo. A diferença de intensidade produtiva evidentemente especializa e hierarquiza os núcleos urbanos (metrópoles, capitais regionais, pequenos núcleos urbanos). O que temos é um sistema complexo de relação de forças. Conforme a análise anterior, a rede urbana é uma forma espacial, onde se aplicam as categorias analíticas de estrutura, processo, função e formação. Todas suscetíveis de desconstrução. O fundamento apoiar-se-ia no próprio fato de que a rede urbana possui um tempo espacial singular, que se refere uma combinação singular das variáveis que perpassam as redes. A singularização é, portanto, processual, espacial e lida com os valores excedentes dos fluxos de capital.

O movimento das cidades é contraditório como vemos, pois as paisagens, geográficas agora, são formadas e re-codificadas. Os fluxos de capital são ativos, ao mesmo tempo em que são submetidos a uma dança de criatividade destrutiva. Eles não estão sós. Mesmo numa paisagem da geografia histórica, há outros reagentes, outros autores. A tarefa seria dar sentido teórico a esta reestruturação do espaço capitalista. As ordens antigas solicitam não remendos ou *revivals*, mas mudanças estruturais expressivas, rupturas epistemológicas. Do mundano para o histórico-mundial. O conflito dá-se entre o herdado e o projetado. Ela não significa, por outro lado, tábula rasa, mas movimentos de fluxo e transição, ofensividade e reatividade. Daí emergem os termos desta angústia: Capital global, sociedades da informação, pós-fordismo etc., com a idéia de ‘pós’ não significando uma substituição completa do termo modificado, já que eles persistem, mesmo após a sua reestruturação pós-definida. Perturbam, de forma, talvez, irônica, certo historicismo cronológico.

Uma reestruturação espacial das cidades, das sociedades, atribui, como espacialidade multifacetada, interpretação específica às regiões, ao mesmo tempo em que reconhece redes sistêmicas de fluxos e conexões transnacionais (Cf. Soja, 1993). Se, ao longo do século XX, predominou o modelo cidade e campo, centro e periferia, novas categorias virtuais são solicitadas para responder às reestruturações descentralizadoras, especialmente advindas das rendas tecnológicas e da independência do mercado. Fica a ser pensado a permanência de um desenvolvimento regional desigual nestas novas configurações. O ‘pré’ no ‘pós’. O movimento excludente e cruel de ataque aos padrões de vida da classe trabalhadora em favor do aumento ainda maior dos superlucros, num contexto de capitalismo desorganizado e barbárico, com as divisões sociais do trabalho

cada vez mais desintegradas (categorias estratégicas intensivas e extensivas). Neste quadro, a recontextualização da espacialidade da vida social produz uma geografia humana diferente. O modelo predominante era o da industrialização urbana centralizada, com o desenho dos anéis residenciais e setores radiais, ligadas em rede para permitir os deslocamentos e viagens urbanas de controle dos trabalhadores pela rotina de rebanho. Este modelo, esta espacialidade disciplinar, com seus guetos e encraves raciais e étnicos, ainda que permaneça caricaturalmente, foi rapidamente enfraquecido, na medida em que profissionais liberais vêm ocasionando surtos de suburbanização que rompe as fronteiras administrativas, incorporando municípios e aumentando o grau de fragmentação política metropolitana. A paisagem especificamente urbana se estendeu e se rompeu em muitos pedaços, dando margem aos intervalos mutantes. Curiosamente, a captura dá-se pela fragmentação também das pressões sindicais organizadas. Os antigos centros são reestruturados de um quadro que vai do obsoleto e decadente à sua revitalização, seja pela presença empresarial, seja pelo investimento turístico, num delicado equilíbrio onde convivem deterioração e renovação. Fica posto que a reestruturação contemporânea afeta a própria interpretação crítica do capitalismo, numa espécie de crise da espacialização representativa.

A reestruturação urbana em curso, portanto, associa a centralização do capital, a aglomeração de novos complexos industriais territoriais (com desconcentração e reconcentração da paisagem geográfica), internacionalização do capital financeiro, enfraquecimento dos controles locais, concorrência entre células estatais por investimentos, segmentação do mercado de trabalho, polarização remunerativa, bolsões de trabalho comparativamente baratos e fáceis de manipular. Logo, processos de industrialização singulares continuam a operar na dinâmica social e urbana. Emergem as cidades externas com o adiamento das margens, confundindo a clássica divisão urbano-suburbano-exurbano, solicitando neologismos, termos do limite, para falar desta especificidade: tecnópolis, tecnoburgo, metroplex, **pós-metrópole**. Trata-se, enfim, de um conjunto de paradoxos, de uma extensão para dentro.

A questão que se insinua é *como conviver com esta experiência de não pertencimento à cidade, dado os estados de mobilidade, volatilidade, simultaneidade e extensividade que operam na cidade? Como se localizar num deserto super-habitado? Que perda eu lamento aí, que aventura eu construo então?*

V. Pós-metrópole: entre as cidades paradigmáticas está *Los Angeles*, onde tudo se junta. Ela está, enquanto traço paradigmático, em todas as metrópoles. O que se destaca ali é um mesocosmo, a articulação e a integração do micro e do macro, do concreto e do abstrato, das paisagens geográficas e existenciais. Este lugar sensível, redutoramente visível, conjuga índices espantosos de crescimento financeiro com outros de declínio e deslocamento econômico: desemprego, pobreza, discriminação residencial, criminalidade, habitação móvel não-residente (cinemas, ruas, caixas, camas alugadas, praças etc.). Um processo de descentralização polinuclear que vem do século XIX, formalizando redes urbanas setoriais. Da metrópole industrial administrada pelo estado, lugar de demanda e consumo de massa, a esta configuração aporística de pós-metrópole, num processo de descentralização e recentralização geográfica, desindustrialização e reindustrialização, lugar de outras transações articuladas entre o herdado e o projetado. Neste sentido, não apenas espaços periféricos são refuncionalizados, mas

idades externas emergem. O centro é ressignificado como resíduo de controle por meio de processos interacionais de vigilância e adesão, por meio do panoptismo do poder capital que sempre marcou a *pólis* (*pólis*, política, polícia) e a *civitas* (civilizado, civilização, cidadão). Entretanto, a paisagem não é regular, a cidade é feita de cidades internas e externas, ambas contraditoriamente articuladas pelas forças do capitalismo. Tratam-se, entretanto, de co-presenças que desorganizam a descrição categórica do que seja subúrbio ou cidade. Neste quadro, de desconstrução urbana, a opacidade dos bairros intensifica-se, coexistindo com comunidades imaginárias anunciadas pela publicidade saturante. Campo estriado formado por centros comerciais (cidades internas), parques temáticos, lugares de repouso, e, ainda, bairros difusos. A cidade é, por fim, um texto, inapreensível por meio de uma análise totalizante, seus sentidos são abundantes. Produzi-los é pensar; pensá-los é resistir, é abrir fissuras na cidade. Lugar de todas as ilusões, **a cidade: pós-metrópole** questiona suas aparências e essências.

A idéia de uma **pós-metrópole**, como uma última questão (*como viver a pós-metrópole?*) tenta, portanto falar deste convívio crítico entre o moderno e a explosão diversificada e fragmentada de fenômenos sociais. Esta fragmentação força novos modos de experimentar a cidade, a constituição de um novo espaço vivido. O fragmento, por sua vez, se estabelece em redes que criam a ilusão do desaparecimento de fronteiras entre os bairros da cidade. Ângela Pryston (2005) procura ver o impacto cultural das mutações urbanas ao analisar a composição estético-existencial do cinema independente norte-americano dos anos 90, particularmente, *Grand Canyon*, *Short Cuts* e *Magnólia*. Parece-nos claro que o processo de reurbanização, comentado anteriormente, como uma desertificação, favoreça a afirmação de um gênero cinematográfico que capture esta deriva do urbano: encontros do acaso, desencontros fortuitos, num contexto de falta de expectativa e melancolia sem finalidade. Em *Los Angeles* esta desertificação, esta horizontalização existencial, adquire, paradoxalmente, contornos épicos, com grandes acidentes naturais e explosões de violência urbana. A iminência do caos presente nestes filmes, entretanto, não favorece a ansiedade, mas a inércia depressiva das personagens, que se debatem dentro de um regime impessoal e labiríntico. A arte aqui, na melhor herança de Wim Wenders, favorece uma estética agônica, onde desencantados jogam um jogo aleatório e desconexo (caso de *Short Cuts*). O acaso é uma micro-relação, sujeito a pequenos movimentos que restabeleceriam outro rumos e combinações. As existências paralelas encerram assim um único evento. São coincidências pré-inscritas naquela lógica acidental. O mesmo paralelismo alimenta *Magnólia*, reforçado pela dinâmica de decadência dos agrupamentos sociais tradicionais. O paradoxo, agora acentuado, é que a comunicação virtual apenas salienta a existência de realidades paralelas incomunicáveis. Os grandes silêncios são preenchidos plenamente pela presença da paisagem urbana nos filmes. Talvez este seja o personagem mais forte, a cidade. Reverso da grande narrativa moderna, os perdedores aqui ativam a incerteza no lugar de qualquer triunfalismo. Ao assumir esta condição de esvaziamento e impotência afetiva, talvez estejam abertos aos frutos dos acontecimentos, ao bônus de existir.

Seja na guerrilha das existências estéticas deleuzianas, seja no desencanto aliviador dos pós-metropolitanos, as margens da cidade continuam a nos atrair. Suas imagens ajudam a constituir os modos de ser do sujeito possível, aquele que carrega todos os becos no olhar, que move a cidade consigo. Como no *Poema Sujo*, de Ferreira Gullar, poema que compõe corajosamente outra cidade, metáfora sem mimo, tão real

quanto a sua referência perdida:

O homem está na cidade
como uma coisa está em outra
e a cidade está no homem
que está em outra cidade

mas variados são os modos
como uma coisa
está em outra coisa:
o homem, por exemplo, não está na cidade
como uma árvore está
em qualquer outra
nem como uma árvore
está em qualquer uma de suas folhas
(mesmo rolando longe dela)
o homem não está na cidade
como uma árvore está num livro
quando um vento ali a folheia

a cidade está no homem
mas não da mesma maneira
que um pássaro está numa árvore
não da mesma maneira que um pássaro
(a imagem dele)
está/va na água
e nem da mesma maneira
que o susto do pássaro
está no pássaro que eu escrevo

a cidade está no homem
quase como uma árvore voa
no pássaro que a deixa

cada coisa está em outra
de sua própria maneira
e de maneira distinta
de como está em si mesma

a cidade não está no homem
do mesmo modo que em suas
quitandas praças e ruas

Referências Bibliográficas

- ALLIEZ, Eric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1996.
- CORREA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo (SP): Ática, 1989.
- _____. *A rede urbana*. São Paulo (SP): Ática, 1989.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta,

1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: capitalism and schizophrenia*. London: The Athlone Press, 1988a.

_____. *O Que é Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992a.

_____. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992b.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988b.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

GULLAR, Ferreira. *O Poema Sujo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

1983.

LOPES, Denilson. *Cinema dos anos 90*. Chapecó: Argos, 2005.

PELBART, Peter Pál. *O Tempo Reconciliado*. São Paulo: Perspectiva/ FAPESP,

1998.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.